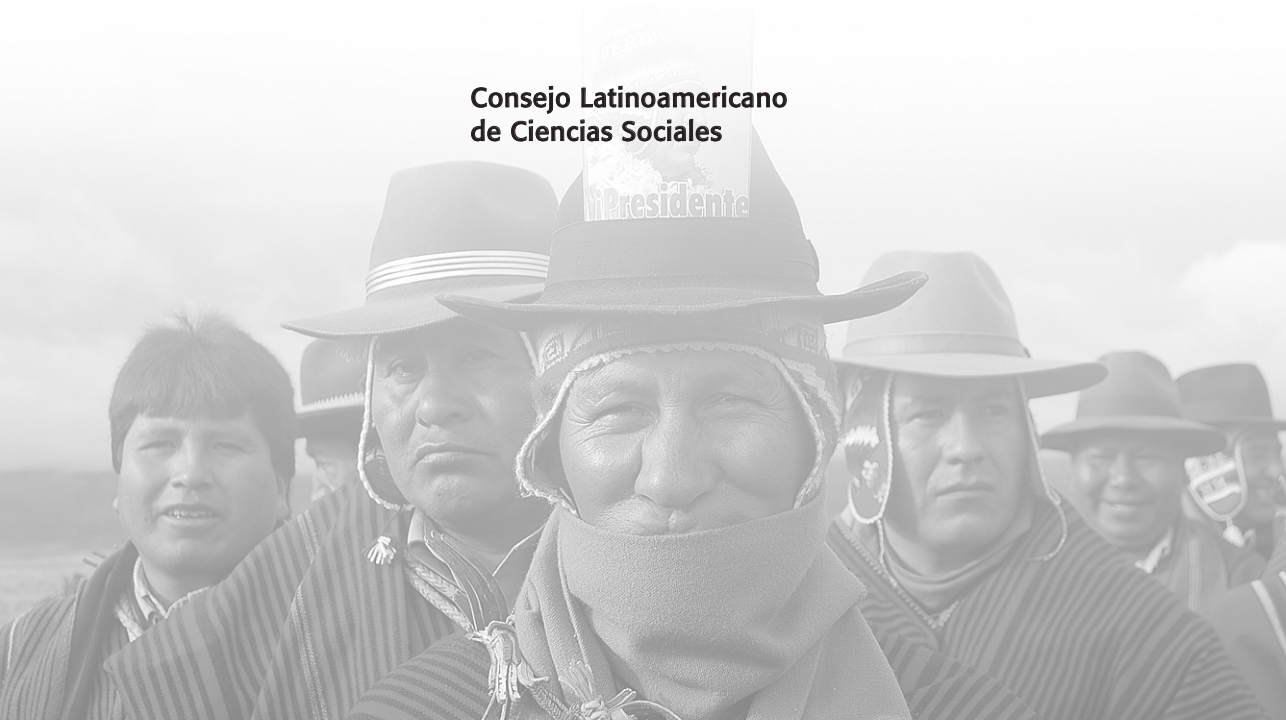


OSAL

**Observatorio Social
de América Latina**

**Año VII N° 19
Enero-abril 2006**

**Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales**



OSAL Observatorio Social de América Latina

Año VII N° 19 / publicación cuatrimestral / enero-abril 2006

Editor Atilio A. Boron, Secretario Ejecutivo de CLACSO

Director José Seoane, Coordinador del OSAL / CLACSO

Coordinador Emilio H. Taddei, Coordinador Académico de CLACSO

**Responsable de las
cronologías y edición OSAL**

Equipo del OSAL

Clara Algranati, Coordinadora del equipo del OSAL

Juan Chaves, María Chaves, Mariana Fassi, Martín Fernández, Ana Sofía Jemio, María José Nacci, Marcelo Perera y Magdalena Rauch.

Escriben en este número

Alejandro Moreano, Álvaro García Linera, Ana María Larrea Maldonado, Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, Bruno Revesz, Graça Druck, L. Pablo Cuba Rojas, Lorgio Orellana Aillón, Luciano Concheiro Bórquez, Lucio Oliver Costilla, María Soledad Betancur Betancur, Pablo González Casanova, Pablo Stefanoni, Raúl Ross Pineda, Simona V. Yagenova, Tomás Moulian, Virginia Fontes.

**Agradecemos especialmente
la colaboración de**

Ana María Larrea Maldonado, CMI Chiapas, David Mercado, Emiliano Iadevito, Enlace Zapatista, Fundación Solón, Gaudêncio Frigotto, José Luis Quintana, Lourdes Montero, Luciano Concheiro Bórquez, Malena Fallacara, María José Nacci, Miguel Ángel Djanikian, Nick Buxton, Pablo Stefanoni, Patricio Realpe, Roberto Leher, Sébastien Grenier, Sebastián Hacher, Simone Bruno, Surai Azcárate, Rosalía Pellegrini, Ximena Montaña, LPP (Laboratorio de Políticas Públicas, UERJ, Brasil), PIMSA (Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina).

Producción Gráfica Editorial

Área de Difusión de CLACSO

Coordinador

Jorge A. Fraga

Edición

Florencia Enghel

Diseño editorial

Miguel A. Santángelo, Marcelo Giardino

Revisión de pruebas

Mariana Enghel, Ivana Brighenti, María Espósito

Logística y Distribución

Marcelo F. Rodríguez, Sebastián Amenta, Daniel Aranda, Carlos Ludueña

Tapa

Diseño de Jorge A. Fraga. Foto de Sebastián Hacher, indígenas marchando hacia la asunción de Evo Morales en Tiwanaku, Bolivia, 21 de enero de 2006.

Impreso en

Gráficas y Servicios SRL, Santa María del Buen Aire 347, Ciudad de Buenos Aires, Argentina.

Tirada

2.000 ejemplares

Propietario

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / CLACSO

ISSN: 1515-3282 - Impreso en Argentina - julio de 2006

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Domicilio de la publicación

Av. Callao 875, 3° piso, C1023AAB Ciudad de Buenos Aires, Argentina
Tel.: (54 11) 4811 6588 • Fax: (54 11) 4812 8459

<http://www.clacso.org> • <http://osal.clacso.org> • osal@clacso.edu.ar



Queda hecho el depósito que establece la Ley 11.723.

Dirección Nacional del Derecho de Autor: Expediente N° 487.030.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Observatorio Social de América Latina (OSAL) y sus respectivos isotipos y logotipos son marcas registradas del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

La Revista del Observatorio Social de América Latina OSAL es indizada en Directory of Online Access Journals <www.doaj.org>, Directorio Latindex <www.latindex.unam.mx>, Unesco Social and Human Science Online Periodicals <www.unesco.org/shs/shsdc/journals/shsjournals.html>, Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe <www.clacso.org.ar/biblioteca/revistas> y Latin Americanist Research Resources <<http://lanic.utexas.edu/larrp/laptoct.html>>.

Evo Morales e a Democracia

Boaventura de Sousa Santos*

* *Catedrático da Faculdade de Economia de Coimbra (Portugal) e professor visitante da Universidade de Wiconsin-Madison, da London School of Economics, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Los Andes. Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do Centro de Documentação 25 de Abril da mesma instituição.*

Pela terceira vez na história do país (1937, 1969, 2006), a Bolívia acaba de decretar a nacionalização dos seus recursos naturais. A medida terá, para já, um impacto económico significativo apenas no caso do gás natural, de que a Bolívia detém as segundas maiores reservas do continente. Qualquer democrata que se preze –ou seja, alguém para quem a democracia deve ser levada a sério, sob pena de ser desacreditada e sucumbir facilmente a aventuras autoritárias– deverá saudar esta medida. Por três razões principais.

Em primeiro lugar, porque ela foi uma das promessas eleitorais que levaram ao poder o Presidente Evo Morales. Se as promessas eleitorais não forem cumpridas, o que tem vindo a ser recorrente no continente, a democracia representativa deixará a prazo de ter qualquer sentido. Acontece que, neste caso, o não cumprimento da promessa eleitoral seria particularmente grave porque os bolivianos mostraram de forma eloquente (com o sacrifício da própria vida) em várias ocasiões nos últimos

anos a sua determinação em pôr fim à pilhagem dos seus recursos: os protestos massivos entre 2000 e 2005, que levaram à demissão de dois presidentes e culminaram com o referendo vinculante de Julho de 2005, em que 89% dos participantes se pronunciou a favor da nacionalização dos hidrocarbonetos.

A segunda razão para saudar esta medida é que se a democracia não é sustentável para além de certo limite de exclusão social, podemos dizer que a Bolívia está próximo desse limite, já que cerca de metade da população vive com menos de um euro e meio por dia. O empobrecimento agravou-se nas duas últimas décadas com o neoliberalismo, cujo cerco à sobrevivência do país não cessa de se apertar. Com a recente assinatura dos tratados bilaterais de livre comércio dos EUA com a Colômbia e o Peru, a exportação de produtos agrícolas (sobretudo soja) para os países vizinhos terminará. É certo que a nacionalização não basta, porque se bastasse as nacionalizações anteriores teriam resolvido os problemas do país. Deve ser complementada com uma política progressista de redistribuição social e de investimento na saúde, na educação, nas infraestruturas básicas, na segurança social. Se tal complementaridade ocorrer, o contexto para a nacionalização não podia ser melhor, dado o aumento do preço dos recursos energéticos. Neste domínio, a democracia e a justiça social têm outro ponto de contacto: é moralmente repugnante que as empresas energéticas colham frutos fabulosos –a vender o barril de petróleo acima de 70 dólares com base em contratos de exploração em que o preço de referência é muito inferior a 20 dólares– enquanto o povo morre de fome e de doenças curáveis.

A terceira razão para saudar o decreto do Presidente Morales é que esta nacionalização é muito moderada (não envolve expropriação) e visa repor a segurança jurídica, que deve ser um dos pilares da democracia. As privatizações da década de 1990, além de terem sido ruinosas para o país, foram ilegais, como acabam de

***“Qualquer
democrata
que se preze
–ou seja, alguém
para quem
a democracia
deve ser levada
a sério, sob pena
de ser
descredibilizada
e sucumbir
facilmente a
aventuras
autoritárias–
deverá saudar
esta medida”***



© David Mercado

declarar os tribunais, já que os contratos de exploração não foram aprovados pelo poder legislativo, como manda a Constituição. Em termos jurídicos, a nacionalização é condição mínima para que o governo da Bolívia possa renegociar os contratos com as empresas energéticas de modo mais justo, a fim de que estas renunciem aos seus superlucros (não aos seus lucros) para que o povo empobrecido possa viver um pouco melhor.

Perante a força destas razões, cabe perguntar pelo porquê da reacção hostil dos países muito mais ricos e aparentemente muito mais democráticos que a Bolívia. ¿Será que quando a democracia interfere com os nossos negócios são estes que prevalecem?